

# Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013 (Medida Provisória nº 606, de 18 de fevereiro de 2013)

1

Legislação	Medida Provisória nº 606, de 18 de fevereiro de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)
	Altera as Leis nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, para autorizar a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em projetos de infraestrutura logística direcionados a obras de rodovias e ferrovias objeto de concessão pelo Governo federal, nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, que dispõe sobre o Seguro de Crédito à Exportação, e nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, para autorizar a oferta de cursos técnicos de nível médio por instituições privadas de ensino superior; e dá outras providências.	Altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, para dispor sobre o Seguro de Crédito à Exportação nas operações relativas a exportações do setor aeronáutico; a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para dispor sobre o cômputo no FUNDEB das matrículas em pré-escolas conveniadas com o poder público; e a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, para estender a data-limite para adesão ao REPUBL.
	A <b>PRESIDENTA DA REPÚBLICA</b> , no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
<b>Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009</b>	<b>Art. 1º</b> A Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:	
<b>Art. 1º</b> É a União autorizada a conceder subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, nas operações de financiamento contratadas até 31 de dezembro de 2013:	“Art. 1º .....	
I - ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, destinadas a aquisição, produção e arrendamento mercantil de bens de capital, incluídos componentes e serviços tecnológicos relacionados, bem como o capital de giro associado, a produção de bens de consumo para exportação, ao setor de energia elétrica, a estruturas para exportação de grãos líquidos, a projetos de engenharia, à inovação tecnológica, e a projetos de investimento destinados à constituição de capacidade tecnológica e produtiva em setores de alta intensidade de conhecimento e engenharia. <b>(Redação dada pela Medida Provisória</b>	I - ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES destinadas: <b>a) à aquisição, produção e arrendamento mercantil de bens de capital, incluídos componentes e serviços tecnológicos relacionados, e o capital de giro associado; à produção de bens de consumo para exportação; ao setor de energia elétrica; a estruturas para exportação de grãos líquidos; a projetos de engenharia; à inovação tecnológica; e a projetos de investimento destinados à constituição de capacidade tecnológica e produtiva em setores de alta intensidade de conhecimento e engenharia; e</b>	

## Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013 (Medida Provisória nº 606, de 18 de fevereiro de 2013)

2

Legislação	Medida Provisória nº 606, de 18 de fevereiro de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)
<b>nº 594, de 2012 – em tramitação)</b>		
	b) a projetos de infraestrutura logística direcionados a obras de rodovias e ferrovias objeto de concessão pelo Governo federal.	
.....	.....” (NR)	
<b>Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979</b>	<b>Art. 2º</b> A Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, passa a vigorar com as seguintes alterações:	<b>Art. 1º</b> A Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, passa a vigorar com as seguintes alterações:
<b>Art. 1º</b> O Seguro de Crédito à Exportação tem a finalidade de garantir as operações de crédito à exportação contra os riscos comerciais, políticos e extraordinários que possam afetar:	<b>“Art. 1º</b> .....	<b>“Art. 1º</b> .....
.....	.....	.....
<b>Parágrafo único.</b> O Seguro de Crédito à Exportação poderá ser utilizado por exportadores, instituições financeiras e agências de crédito à exportação que financiarem, refinanciarem ou garantirem a produção de bens e a prestação de serviços destinados à exportação brasileira, <b>bem como</b> as exportações brasileiras de bens e serviços.	<b>§ 1º</b> O Seguro de Crédito à Exportação poderá ser utilizado por exportadores, instituições financeiras e agências de crédito à exportação que financiarem, refinanciarem ou garantirem a produção de bens e a prestação de serviços destinados à exportação brasileira, <b>e</b> as exportações brasileiras de bens e serviços.	§ 1º O Seguro de Crédito à Exportação poderá ser utilizado por exportadores, instituições financeiras e agências de crédito à exportação que financiarem, refinanciarem ou garantirem a produção de bens e a prestação de serviços destinados à exportação brasileira, e as exportações brasileiras de bens e serviços.
	§ 2º Nas operações destinadas ao setor aeronáutico em que a análise do risco recair sobre pessoa jurídica diversa do devedor da operação de crédito à exportação, o Seguro de Crédito à Exportação poderá garantir os riscos comerciais, políticos e extraordinários a ela relacionados, conforme dispuser o regulamento desta Lei.” (NR)	§ 2º Nas operações destinadas ao setor aeronáutico em que a análise do risco recair sobre pessoa jurídica diversa do devedor da operação de crédito à exportação, o Seguro de Crédito à Exportação poderá garantir os riscos comerciais, políticos e extraordinários a ela relacionados, conforme dispuser o regulamento desta Lei.” (NR)
<b>Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011</b>	<b>Art. 3º</b> A Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:	
Art. 20-A. Os serviços nacionais sociais terão autonomia para criar unidades de ensino para a oferta de ensino médio e educação de jovens e adultos, desde que em articulação direta com os serviços nacionais de aprendizagem, observada a competência de supervisão		

## Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013 (Medida Provisória nº 606, de 18 de fevereiro de 2013)

Legislação	Medida Provisória nº 606, de 18 de fevereiro de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)
e avaliação dos Estados. <b>(Incluído pela Medida Provisória nº 593, de 2012 – em tramitação)</b>		
	“Art. 20-B. As instituições privadas de ensino superior habilitadas nos termos do § 2º do art. 6º-A ficam autorizadas a criar e ofertar cursos técnicos de nível médio, nas formas e modalidades definidas no regulamento, resguardadas as competências de supervisão e avaliação da União, prevista no inciso IX do <b>caput</b> do art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.” (NR)	
Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.		
<b>Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007</b>	<b>Art. 4º</b> A Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:	<b>Art. 2º</b> A Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:
<b>Art. 8º</b> A distribuição de recursos que compõem os Fundos, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, dar-se-á, entre o governo estadual e os de seus Municípios, na proporção do número de alunos matriculados nas respectivas redes de educação básica pública presencial, na forma do Anexo desta Lei.	“ <b>Art. 8º</b> .....	“ <b>Art. 8º</b> .....
.....	.....	.....
§ 3º Será admitido, até 31 de dezembro de 2016, o cômputo das matrículas das pré-escolas, comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e que atendam às crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos, observadas as condições previstas nos incisos I a V do § 2º, efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado até a data de publicação desta Lei.	§ 3º Será admitido, até 31 de dezembro de 2016, o cômputo das matrículas das pré-escolas, comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder público e que atendam a crianças de quatro e cinco anos, observadas as condições previstas nos incisos I a V do § 2º, efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado.	§ 3º Será admitido, até 31 de dezembro de 2016, o cômputo das matrículas das pré-escolas, comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder público e que atendam a crianças de quatro a cinco anos, observadas as condições previstas nos incisos I a V do § 2º, efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
.....	.....” (NR)	.....” (NR)
<b>Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012</b>		<b>Art. 3º</b> A Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte alteração:

## Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013 (Medida Provisória nº 606, de 18 de fevereiro de 2013)

4

Legislação	Medida Provisória nº 606, de 18 de fevereiro de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)
<b>Art. 29.</b> É beneficiária do REPNBL-Redes a pessoa jurídica habilitada que tenha projeto aprovado para a consecução dos objetivos estabelecidos no § 1º do art. 28, bem como a pessoa jurídica co-habilitada. .....		<b>“Art. 29. ....</b>  .....
§ 3º O projeto de que trata o caput deverá ser apresentado ao Ministério das Comunicações até o dia 30 de junho de 2013. .....		3º O projeto de que trata o caput deverá ser apresentado ao Ministério das Comunicações até o dia 30 de junho de 2014. .....” (NR)
	<b>Art. 5º</b> Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.	<b>Art. 4º</b> Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.